



O INTELLECTUAL ORGÂNICO E AS CLASSES SUBALTERNAS: A ELABORAÇÃO DA NOVA CULTURA PARA O NOVO BLOCO HISTÓRICO¹

THE ORGANIC INTELLECTUAL AND SUBALTERNAL CLASSES: THE PREPARATION OF THE NEW CULTURE FOR THE NEW HISTORICAL BLOCK

Mirele Hashimoto Siqueira*

<https://orcid.org/0000-0002-9934-7121>

Alfredo Aparecido Batista**

<https://orcid.org/0000-0003-1029-9598>

RESUMO

O presente artigo objetiva indicar caminhos para a investigação da categoria *intelectual orgânico* a partir da elaboração gramsciana. Consideramos que esta categoria é fundamental porque exerce a função de direção consciente capaz de reproduzir ou de transformar a elaboração da cultura dominante e da subjetividade presente. Os intelectuais orgânicos são responsáveis pela produção do consenso, condição necessária para a manutenção do bloco histórico que se pretende fazer dominante. Por esse motivo é que a possibilidade da transição rumo ao ordenamento socialista só se torna possível na medida em que a classe operária e seus aliados se dedicam a construção de um novo bloco histórico mediado pelo processo de elaboração de uma nova cultura: neste interim, o Estado em seu sentido integral, a produção do imaginário coletivo popular pelos intelectuais orgânicos e a unificação das classes subalternas se revelam como expressão de uma elaboração teórico-prática carcerária que, imbuída de um salto qualitativo pelo processo de maturação política, se instaura como um fundamento teórico-metodológico marxista em que Gramsci é, notadamente, refundador comunista.

PALAVRAS-CHAVE

Gramsci. Intelectual Orgânico. Bloco Histórico. Cultura. Classes Subalternas.

¹ O presente artigo é resultado de pesquisas anteriores, condensando conteúdos do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de graduação em Serviço Social da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), campus de Toledo, e da dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNIOESTE, campus de Toledo.

* Assistente social. Mestre em Serviço social. Docente do curso de graduação em Serviço Social e do Programa de Pós Graduação *stricto sensu*, nível de Mestrado, em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus de Toledo. (UNIOESTE, Toledo, Brasil). Rua da Faculdade, 645, Jardim Santa Maria, Toledo (PR), CEP.: 85903-000. E-mail: mirelehashimoto@hotmail.com.

** Assistente social e Filósofo. Doutor em Serviço social. Docente do curso de graduação em Serviço Social e do Programa de Pós Graduação *stricto sensu*, nível de Mestrado, em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus de Toledo. (UNIOESTE, Toledo, Brasil). Rua da Faculdade, 645, Jardim Santa Maria, Toledo (PR), CEP.: 85903-000. E-mail: <comuna12@uol.com.br>.

DOI 10.22422/temporalis.2019v19n38p83-97



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2019 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

ABSTRACT

This article aims to indicate ways for the investigation of the *organic intellectual* category from the Gramscian elaboration. We consider that this category is fundamental because it performs the function of conscious direction capable of reproducing or transforming the elaboration of the dominant culture and the present subjectivity. Organic intellectuals are responsible for the production of consensus, a necessary condition for the maintenance of the dominant historical bloc. That is why the possibility of the transition towards socialist ordering is only possible as the working class and its allies dedicate themselves to building a new historical block mediated by the process of elaborating a new culture: in this In the interim, the State in its full sense, the production of the popular collective imagination by the organic intellectuals and the unification of the subordinate classes are revealed as an expression of a prison theory-practice elaboration that, imbued with a qualitative leap by the process of political maturation, is established as a Marxist theoretical-methodological foundation on which Gramsci is, notably, a communist refounder.

KEYWORDS

Gramsci. Organic Intellectual. Historical block. Culture. Subaltern classes.

Submetido em: 3/10/2019.

Aceito em: 28/11/2019.

INTRODUÇÃO

A teoria gramsciana é sempre um núcleo conglomerativo de grandes menções nos diversos discursos acadêmicos e na produção científica em geral. *Muito citado e, no entanto, muito pouco lido*, a obra gramsciana marcada pelo momento ápice da elaboração teórica de nosso “sardo”, os *Quaderni del Carcere*, merecem destaque porque ademais de permanecer extremamente atual, nos explicita uma série de categorias atuais para explicar a realidade e, por conseguinte, como não poderia ser estranho ao “sardo”, para uma leitura crítica a fim de transformá-la. É nesse sentido que os *Quaderni* e toda a elaboração de Gramsci deve ser entendida. Mais do que impacto positivo no discurso, a teoria gramsciana deve ser inserida em seu contexto histórico a que originalmente foi desenvolvida para permitir o estabelecimento de relações possíveis com a atualidade presente. É assim que o presente artigo se propõe a identificar a função dos intelectuais orgânicos no processo de elaboração e difusão de uma nova cultura entre as classes subalternas para avançar na construção de um novo bloco histórico. A problemática de que estamos partindo está calcada no pressuposto de que se é possível constatar que a construção de um novo bloco histórico, em Gramsci, se inicia pela elaboração e difusão de uma nova cultura, qual deve ser o papel desempenhado pelos intelectuais orgânicos para a conquista das classes subalternas, parte fundamental da aliança de classe que deve se somar a luta para a realização da função histórica do proletariado?.

Para tanto, no processo de construção das premissas aproximativas em direção à resposta a problemática norteadora, organizamos o processo de exposição das ideias do presente artigo a partir de três sessões. A primeira discute a categoria bloco histórico e a revisão empreendida por Gramsci no cárcere para a sua elaboração. Preservando a originalidade do pensamento soreliano, o “sardo” insere a categoria no centro da ampliação do Estado Moderno marxiano para demonstrar a relação imbricada e recíproca entre a superestrutura formativa do imaginário coletivo popular e a estrutura afirmativa das forças materiais dominantes. A segunda sessão, ao discorrer sobre os pressupostos da função exercida pelos intelectuais orgânicos no bloco histórico, quer desvelar a sua contribuição para a manutenção e produção e reprodução das relações hegemônicas civis. A produção do consenso e o estímulo à adesão voluntária as relações sociais vigentes derivadas das forças materiais dominantes é o que confere organicidade a estrutura

dominante. A terceira sessão se põe a investigar a maneira como Gramsci tratará a categoria intelectual e o bloco histórico nos *Quaderni*, conformação final de sua elaboração teórico e prática. A investigação nos conduziu a apreensão de que, sendo o Estado em seu sentido integral aquele que coloca um robusto conjunto de fortalezas e de casamatas pela qual a estrutura das forças materiais é mantida pela construção da vontade superestrutural, os intelectuais orgânicos do proletariado se põe a possibilidade de construir um novo bloco histórico na medida em que, por meio da elaboração de uma nova cultura, de uma nova subjetividade e de novas relações sociais hegemônicas, sejam capazes de conquistar a maioria da população ao projeto societário do proletariado.

O BLOCO HISTÓRICO E A DIALÉTICA ENTRE ESTRUTURA E SUPERESTRUTURA

O léxico categorial gramsciano presente nos *Quaderni* certamente é manifestação do intento de burlar a censura carcerária a que estava submetido, mas é, sem dúvida e, sobretudo, expressão das influências intelectuais que recebeu ao longo de sua juventude e, que agora, no cárcere, é revista por meio de intensa reflexão crítica, maneira de *vencer o pessimismo do intelecto e manter o otimismo da vontade*. O bloco histórico é precisamente uma destas categorias, quer dizer, ademais de inserida no conjunto lexical carcerário, é uma expressão da *revisão* de suas próprias influências intelectuais, particularmente, de Sorel.

Como toda a cultura italiana da virada do século XIX para o século XX, foi inspirada pela filosofia de Benedetto Croce, *revisor latino do marxismo* após a morte de Engels, Gramsci também incorporou a sua influência desde o *berço da Sardenha natal* e tornou a se aproximar, quando de sua estadia em Turim, em 1911, para cursar a Universidade de Letras, do *revisionismo francês* expresso na figura de Georges Sorel. Eis o ponto de partida para compreender as elaborações teórico-práticas de nosso autor: a *incorporação* das referências intelectuais às *avessas* do marxismo e a sua *revisão* pela incorporação *post-festum* do marxismo via Lênin. O cárcere é precisamente *lócus* do momento auge de *revisão* – aquele que se põe a *revisão* para conservar a *originalidade do pensamento*, mas para também *acrescê-lo de novas determinações*. A pergunta a que devemos nos indagar é então a seguinte: qual é a *originalidade do pensamento* trazida por Sorel para a categoria *bloco histórico* e qual são as *novas determinações* desenvolvidas por Gramsci na sua *revisão*?. A questão norteadora nos permite desvelar o léxico categorial gramsciano ao passo em que possibilita a decomposição das categorias carcerárias na sua relação com as influências intelectuais recebidas pela formação política.

Para Sorel, teórico do sindicalismo revolucionário², a conquista do Estado não era o objetivo final da luta a ser empreendida pelo proletariado contra o capital, mas a própria liquidação de sua estrutura estatal. O *meio* para operar esta feita seria possível por intermédio da organização sindical. Refutando a forma de organização pela via do sistema parlamentar e dos partidos políticos, por considerar que o proletariado não almeja o poder político, visto que deveria refutar tudo aquilo que era *político* por ser considerado como sinônimo de *poder burguês*, Sorel depositava no sindicalismo o papel

² “[...] o sindicalismo revolucionário defendia a auto-organização dos trabalhadores em sindicatos, que serviriam como escolas de uma vida emancipada e como embrião de uma nova forma de organização econômica [...] recusava também a criação de uma camada de intelectuais ou de dirigentes, porquanto seria essa uma forma de diferenciação e hierarquização entre os homens” (DEL ROIO, 2018, p. 21).

tácito para alavancar a revolução: o sindicato era a organização proletária oriunda da fábrica e não estava submetida ao comando dos intelectuais, como era típico dos partidos. Em Sorel, pode-se dizer que a revolução só poderia se dar no âmbito da *economia*, daí que a valorização da fábrica como *locus* auto-organizativo das massas em detrimento das organizações políticas, consideradas em sua dimensão – política – como *instância absoluta de poderio burguês que deveria ser combatida*, expressando a separação presente em seu pensamento entre a economia e a política. A consciência revolucionária se formaria de forma *espontânea* a partir da luta direta das massas, isto é: o próprio ambiente em que o operário está imerso propiciaria as condições para as massas se rebelarem e se manifestarem *espontaneamente*, sem uma direção intelectual externa. A principal ferramenta a ser utilizada pelos sindicatos para operar a revolução seria a greve geral, daí que o *mito da greve geral incentivando a ação revolucionária*. Com “mito”, Sorel pretendia evocar um *sistema de imagens*, produzindo uma simbologia coletiva no imaginário popular capaz de estimular e de produzir ações concretas. Assim é que o “mito” da greve geral representaria um estímulo para a ação revolucionária do proletariado. Por meio de seu *bloco de imagens*, que viria à tona no *imaginário coletivo*, Sorel valorizava o “mito-perspectiva” representado pela greve geral: a recordação de uma violenta greve geral, o *mito* na forma do *bloco de imagens*, para gerar a “perspectiva”, a revolução (GALASTRI, 2015).

Atentamo-nos para o fato de que em Sorel não observamos a composição da categoria bloco histórico. O que está presente em Sorel é um *bloco de imagens históricas* representadas pelo mito da greve geral. A recordação da greve geral como mito significava que Sorel depositava uma intensa fé na auto-organização das massas vindoura pelo *bloco de imagens históricas*. No imaginário coletivo, se desenvolveria um intenso espírito de cisação por àquele “bloco”, suscitado pelo mito. É assim que Gramsci trata de desenvolver o *bloco de imagens históricas* soreliano através do amadurecimento de seu *bloco histórico*. É certo que este processo de amadurecimento se consolidará no cárcere e é identificado nos *Quaderni*, mas o seu desenvolvimento apenas se tornou possível na medida em que pôde *assimilar, aplicar e traduzir* o marxismo pela via da herança leniniana. O encontro com Lênin em 1920 foi o que permitiu o encaminhamento do “sardo” em direção à *revisão* que empreenderá no cárcere. Da *originalidade do pensamento* presente no *bloco de imagens históricas* soreliano, Gramsci não deixa de conservar a sua centralidade orgânica: *a importância atentada por Sorel para a produção do imaginário coletivo*. Aqui está o núcleo de *conservação* que Gramsci faz de Sorel e aqui está o núcleo pelo qual Gramsci desenvolve *novas determinações* por ter sido capaz de assimilar o marxismo.

No cárcere, a categoria bloco histórico é, portanto, investida da *originalidade* soreliana, mas acresce-se de novo significado. O problema de fundo que norteia a apreensão crítica da categoria é o problema de como *produzir um imaginário coletivo popular* (como é o *bloco de imagens históricas* de Sorel) em consonância com as *forças materiais dominantes*. Mais precisamente, através da investigação do *imaginário coletivo popular*, produzido pelo modo de produção capitalista para ser incutido nas massas para sustentar a sua dinâmica, é que Gramsci retomará Sorel para demonstrar que o bloco histórico é, de fato, *produção do imaginário coletivo popular*, ou no léxico gramsciano, elaboração de cultura, mas é acompanhado, sobretudo, de “histórico” porque esta sua produção (do imaginário) ou esta sua elaboração (da cultura) se faz mediante o “horizonte” de legitimação das

forças materiais dominantes, quer dizer, a elaboração da cultura tem em vista conformar as relações que se põe no âmbito da materialidade concreta da produção econômica. O bloco histórico, categoria soreliana atualizada por Gramsci, é, pois, unidade entre estrutura e superestrutura, materialidade e ideologia, *conformação ampliada do Estado* (LIGUORI; VOZA, 2017).

Desde já, a relação que se estabelece entre estrutura e superestrutura em Gramsci é aquela que se assenta na reciprocidade dialética. A superestrutura não é o efeito direto e transparente da estrutura, numa pretensa dicotomia entre base material (a estrutura) e ideologia (a superestrutura). A separação a que podemos submeter estes dois momentos é possível apenas no âmbito metodológico. Na prática e na engrenagem do bloco histórico, *a estrutura é superestrutura e a superestrutura é estrutura*. Com isto estamos pretendendo demonstrar que as atuais forças materiais dominantes só se sustentam por meio do complexo aparato ideológico burguês e que o complexo aparato ideológico burguês só se sustenta em função da reprodução das forças materiais dominantes que deve garantir. Por esse motivo é que, ainda que embebido dos conteúdos da tradição marxiana, Gramsci não negará os determinantes fundamentais da constituição do Estado Moderno, mas desenvolverá, em muitos de seus aspectos, a sua ampliação.

Portanto, qualquer análise que se ocupe desta inferência deve considerar as divergências e as convergências que se interpelam entre a elaboração teórica e prática de Marx e de Gramsci: novas determinações apresentar-se-ão em razão direta da época histórica vivenciada por Gramsci, período em que já se efetivou maior ampliação do fenômeno estatal, visto que a “[...] esfera política ‘restrita’ que era própria dos Estados oligárquicos, tanto autoritários como liberais, cede progressivamente lugar a uma nova esfera pública ‘ampliada’, caracterizada pelo crescente protagonismo de amplas organizações de massas” (COUTINHO, 1994, p. 52-53).

É no cenário de ampliação do fenômeno estatal que Gramsci, partindo da própria concepção marxiana de Estado, incorpora novas determinações em seu processo de *constituição*. Os *aspectos convergentes* de suas formulações residem exatamente no fato de compreenderem o plano estrutural enquanto base em que se assentam as relações materiais de produção. É a maneira como os homens se organizam para produzir que determina a produção e a reprodução das relações sociais.

As novas inferências desenvolvidas por Gramsci sobre o processo de constituição do Estado Moderno são manifestas precisamente em seus *aspectos divergentes* em relação à esquematização marxiana: ao partirem do mesmo ponto comum (estrutura), Gramsci compreende que a sociedade civil, esfera pertencente ao plano estrutural da construção marxiana de Estado, está situada no momento superestrutural. Ao contrário das formulações de Marx, Gramsci identifica duas esferas (mas que não separam) em seu centro: a sociedade civil e a sociedade política. Isso significa dizer que, diferente da leitura até então predominante, de que na vigência do capitalismo concorrencial do século XIX, o Estado se reduzia a suas funções coercitivas; na era dos monopólios, exige novas formas de controle que ultrapassam o binômio coerção/repressão. Assim é que, somada a sua função coercitiva, o Estado das sociedades capitalistas modernas, demanda a construção ativa de consenso para solidificar as suas bases. As divergências na elaboração da teoria do Estado Moderno entre Marx e Gramsci

se anunciam, pois, muito mais pela análise do Estado de seus respectivos tempos históricos do que pela divergência conceitual, por vezes extremamente valorizada por determinados autores, de suas elaborações.

Formado pela sociedade civil e pela sociedade política, o Estado – em seu sentido *integral* – “[...] é concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis a máxima expansão do próprio grupo” (GRAMSCI, 2014, Q 13, § 17, p. 1584, tradução nossa³). O grupo dirigente deve dominar “*material e idealmente*” para assegurar a sua posição dominante, isto é: deve estabelecer o máximo de consenso entre as classes através de seus aparelhos privados de hegemonia. Se a sociedade política é composta pelos aparelhos coercitivos de Estado (a polícia, o exército, a força das leis), destinados a operar a função repressiva, a sociedade civil, por intermédio de seus aparelhos privados de hegemonia (as instituições), é *locus* ocupado pelos intelectuais orgânicos – atribuídos de tornar *sensu comum* a concepção de mundo da classe social dirigente. Isto é: estão encarregados de difundir a *hegemonia* em favor do grupo social dominante. Por esse motivo é que, a atualização da teoria do Estado atentada por Gramsci nos *Quaderni*, consiste em considerar que o Estado não se limita ao exercício da *coerção*, mas legitima o grupo dirigente por meio do *consenso* produzido pelos aparelhos privados de hegemonia. “Na noção geral de Estado entram elementos que são remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, se pudesse dizer, de que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia carouçada de coerção)” (GRAMSCI, 2014, Q 6, § 88, p. 763-764, tradução nossa).

A reciprocidade dialética a que se caracteriza o bloco histórico de Gramsci está no fato de que no Estado em seu sentido integral, a estrutura não é auto determinativa da superestrutura, haja vista que, caso assim se procedesse, a estrutura não poderia ser interrompida em seu curso histórico. É precisamente pelo fato da superestrutura ser capaz de comportar os interesses dominantes e os interesses subalternos que se torna possível, conquistando a superestrutura e, por conseguinte, o complexo do aparato ideológico da sociedade civil, que se modifiquem as forças materiais até então dominantes. Se a estrutura apenas *indica* a direção pela qual a superestrutura deve atuar (garantindo os interesses das classes dominantes), a superestrutura não é absoluta, pois tem a possibilidade de iniciar um novo processo de elaboração de uma nova cultura para que, difundida entre a maioria, seja capaz de edificar uma nova estrutura. É assim que a dominação espiritual gramsciana, àquela *produção do imaginário coletivo popular* de Sorel, está situada *a priori*, da dominação material. Aí está a sua atualização do Estado Moderno marxiano; aí está a *originalidade* soreliana lida pela lente do marxismo de Gramsci: o *bloco histórico*, a cultura preservando as forças materiais, cimentada pelo agrupamento especialista dos intelectuais orgânicos.

³ Utilizaremos a sigla “Q”, seguido de número ordinal para referenciar o *Caderno* em a citação está localizada, seguido do parágrafo e da página, facilitando a localização do leitor. Adotamos no presente artigo a edição crítica dos *Cadernos d'Arcere*.

O INTELLECTUAL ORGÂNICO GRAMSCIANO: ESPECIALISTA + POLÍTICO

Desnudar as acepções fetichizadas que se convencionou estabelecer em torno da expressão *intelectual*⁴ configura-se no primeiro passo metodológico para apreender a elaboração de Gramsci sobre a questão dos intelectuais nos *Quaderni*. Para o “sardo”, a categoria “intelectual” exige ir além da sua significação comum, pois só pode ser apreendida a partir de processos históricos concretos, já que a sua formação está condicionada a elementos objetivos sobre os quais se produzem, social e historicamente, diversas categorias de intelectuais.

Na caracterização da categoria, Gramsci parte da distinção acerca do trabalho manual e do trabalho intelectual, já presente em Marx e Engels⁵ (1988). Para eles, a oposição entre cidade e campo concretizou a segregação entre as duas *naturezas* de trabalho. Tal oposição repercutiu na própria divisão do trabalho, visto que esta, ao crivar-se na divisão dos homens em classes sociais distintas, impôs aos indivíduos uma atividade social específica. Neste prisma, para assegurar a extensão do domínio ideológico de uma classe sobre a outra, garantindo a reprodução daquela divisão do trabalho entre a classe que detém os meios fundamentais de produção e a classe que detém a mercadoria força de trabalho, a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual foi o que permitiu fazer da doutrina do pensamento dominante *lei eterna*,

[...] de modo que teremos duas categorias de indivíduos dentro de uma mesma classe. Uns serão os pensadores dessa classe [...] ao passo que os outros terão uma atitude mais passiva e mais receptiva em face desses pensadores e dessas ilusões, porque eles são na realidade os membros ativos dessa classe e têm menos tempo para alimentar ilusões e idéias sobre suas próprias pessoas [...] (MARX; ENGELS, 1998, p. 49).

Apesar de permanecerem assentadas na concretude da materialidade histórica e social, as reflexões sobre o trabalho manual e o trabalho intelectual em Gramsci encontram alguns contornos divergentes daquelas preconizadas por Marx e Engels. Em Gramsci, a presente cisão de classe entre pensadores ideólogos e executores de atividades é inexistente, dado que se pese que no interior de determinada classe social não há uma parcela de classe responsável por desempenhar atividades de caráter puramente manuais ou intelectuais. Nenhuma atividade pode existir apenas como dispêndio de força puramente física; o trabalho manual ou instrumental, ainda que em condições degradantes, não exime a atividade intelectual. Por esse motivo, é possível que se afirme que todos os homens são intelectuais, visto que todos dispõem certo conhecimento técnico e, por conseguinte, intelectual no desenvolvimento de seu trabalho. A oposição entre trabalho manual e trabalho intelectual em Gramsci é, pois, inexistente. A aparente e imediatista classificação das atividades desempenhadas pelos homens em funções de

⁴ De acordo com Outhwaite e Bottomore (1996), tende-se, corriqueiramente, “[...] a reunir sob o rótulo de ‘intelectual’ todas as pessoas envolvidas na esfera da cultura, isto é, no mundo dos símbolos [...] que possuem atributos não encontráveis no grupo numericamente bem mais amplo de pessoas [...]” (OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996, p. 386).

⁵ Aqui consideramos que a questão deve ser aprofundada. A divisão social do trabalho em Marx é determinante porque funda a classe que se apropria do trabalho do outro e a classe que tem o seu trabalho apropriado. É nesta relação que introduz o que poderíamos denominar de classe *apropriadora* e de classe *executora*. A divisão técnica do trabalho, por sua vez, instaura uma divisão intelectual do trabalho através da diversa ramificação das profissões na atualidade presente.

caráter manual ou intelectual se dá, na realidade, por se considerar apenas “[...] a direção sobre a qual incide o peso maior da atividade profissional específica, se na elaboração intelectual ou se no esforço muscular-nervoso” (GRASCI, 2014, Q 12, § 1, p. 1516, tradução nossa). O maior ou menor dispêndio de atividade intelectual não é, no entanto, suposto determinante para classificar uma atividade específica como tão somente intelectual ou manual.

Afirmar que todos os homens são intelectuais, porque todos despendem certo *quantum* de atividade intelectual não significa, por outro lado, que todos exercem a *função de intelectuais*. O simples dispêndio de atividade intelectual não é suficiente para caracterizá-los como portadores da *função intelectual*. Enquanto no primeiro caso, a presença de conhecimento técnico especializado é bastante para designar o conjunto de homens da sociedade como intelectuais; no segundo, é o predomínio da capacidade *dirigente* e *organizativa* que determina a função intelectual desempenhada por eles. Superar a falácia de indistinta separação entre *ser* e *exercer* a função intelectual é, pois, condição para apreender os determinantes que lhes incumbem distinção.

O exercício daquela *função intelectual* pelo *ser* é, portanto, determinado pela *função política* exercida pelo homem; na medida em que tal dimensão estiver presente em suas atividades, isto é, na medida em que for capaz de conduzir e de organizar a coletividade de homens da sociedade, então a sua função exercida não é senão *intelectual*. A determinação desta função está, portanto, relacionada à *direção política e cultural* exercida pelo homem (GRAMSCI, 2014).

O intelectual [...] é o quadro da sociedade; [...] Mesmo um sargento semi-analfabeto é um quadro e, por conseguinte, um intelectual. O trabalhador rural dirigente de uma liga, se é um dirigente capaz, mesmo que seja analfabeto ou semi-analfabeto, é um intelectual, na medida em que é um dirigente, um educador de massa, um organizador [...] (GRUPPI, 1978, p. 82).

Se é da capacidade dirigente que se extrai a determinação para o exercício e desempenho da função intelectual, então pode-se dizer que os intelectuais orgânicos acabam por se constituírem em agentes vinculados às classes sociais fundamentais da sociedade burguesa moderna para espraizar sua concepção de mundo, torná-la senso comum e legitimar os interesses do grupo social. Sua atuação se dá ao nível da superestrutura, porque ocupa um *locus* direto na esfera da sociedade civil, mais especificamente, nos aparelhos privados de hegemonia – daí que os status de *funcionários da superestrutura* e de *construtores de ideologias* atribuídos por Gramsci e a sua posição decisiva na guerra de posição, porque se constituem nos agentes ativos de construtores de consenso. O partido político também constituir-se-ia num *intelectual coletivo*, dado que, outrossim da atividade de busca de consenso dos intelectuais orgânicos, também deve exercer a conquista pela hegemonia das classes subalternas. Afirmar a centralidade dos intelectuais na reformulação da estratégia revolucionária para operar o par guerra de movimento e guerra de posição significa reconhecê-los como agentes centrais no processo de conquista pela hegemonia: é pela capacidade de *desempenhar sua função intelectual*, isto é, de *dirigir cultural e politicamente* as massas que se torna possível conquistar aliados para a causa histórica do proletariado, obtendo a *adesão voluntária* na construção do novo tipo de Estado.

Se a construção do novo tipo de Estado deve se iniciar pela sociedade civil e, portanto, pela guerra de posição, devendo avançar posteriormente para a sociedade política por intermédio da guerra de movimento, haja vista a constituição do Estado em seu sentido integral, é o agrupamento dos intelectuais orgânicos atribuído da *capacidade de especialista*, de construtor e de educador permanente, e da *capacidade política* de imprimir uma direção social, responsável pela elaboração de uma nova concepção de mundo *crítica, ativa e consciente*. É a sua fórmula *especialista + político* que permite que se constitua num agrupamento social que se vincule a uma classe social para fazer difundir a sua concepção de mundo e os seus valores. O desafio presente dos intelectuais orgânicos do proletariado é, precisamente, saber como subtrair a influência da concepção de mundo, dos valores e da cultura burguesa, para unificar as classes subalternas em torno de sua própria concepção de mundo, de seus valores e de sua própria cultura. O que Gramsci pretende nos ilustrar é que as classes subalternas não elaboram a sua própria cultura, pois incorpora de modo acrítico a cultura das classes dominantes. Esta incorporação acrítica da cultura e da subjetividade burguesa é formada estrategicamente por aquele complexo *aparato de dominação ideológica da sociedade civil moderna*, de tal maneira que podemos dizer, num léxico gramsciano, que a concepção de mundo e a cultura do proletariado é o seu *senso comum acrítico*. Assim é que a construção de um novo tipo de Estado e, mais precisamente, a construção de um novo bloco histórico tem o seu caminho pavimentado pela função a ser desempenhada pelos intelectuais orgânicos (DURIGUETTO, 2014).

[...] os intelectuais estão organicamente ligados à configuração do *Estado integral* (composto pelas esferas da sociedade política e da sociedade civil) nos processos de manutenção da hegemonia dos interesses de classe que portam e representam. É no exercício das funções e nas ações e relações que mantêm com os interesses de classe no interior do “Estado integral” que os intelectuais são, precisamente, os *funcionários* que mediatizam a manutenção da hegemonia de determinada classe ou fração de classe [...]. Para os *intelectuais orgânicos* vinculados a um projeto societário emancipador das classes subalternas, a função da construção de uma contra-hegemonia tanto está na ação desenvolvida nos processos de formação de uma consciência crítica que supere o *senso comum* (função que é própria do conjunto dos intelectuais), quanto nas ações que vinculam os conteúdos de um *senso comum* em vias de superação [...] (DURIGUETTO, 2014, p. 291-292, grifos da autora).

A função dos intelectuais orgânicos está, pois, considerando àquela ampliação do Estado nas sociedades capitalistas modernas desenvolvida a época de Gramsci, na elaboração do *imaginário coletivo popular*, na produção da subjetividade autônoma da cultura e da influência burguesa. O ponto nodal é, agora, desvelar como Gramsci articulará a relação bloco histórico, intelectuais, cultura e estratégia revolucionária.

O INTELCTUAL ORGÂNICO COMO ORGANIZADOR DAS CLASSES SUBALTERNAS: PELA NOVA CULTURA PARA O NOVO BLOCO HISTÓRICO

O problema da construção do novo bloco histórico cimentado pelos intelectuais orgânicos necessariamente nos remete a outros dois problemas: 1) o da elaboração da nova cultura e, portanto, como já sabemos, do Estado em seu sentido *integral* e; 2) o das alianças de classe do proletariado a serem estabelecidas, isto é, da frente única leniniana incorporada por Gramsci no processo de assimilação do marxismo.

A experiência moscovita⁶ que o “sardo” experimentou entre 1922-1923 foi decisiva para engendrar, de fato, a sua maturação política. A apreensão da fórmula da frente única ordenada pelo III Congresso da Internacional Comunista (IC) como tática atual da revolução comunista custou a ser assimilada por Gramsci, visto os esforços, na Itália, para diferenciar a atuação de socialistas e de comunistas. É, no entanto, só quando da declaração do fascismo e da insistência de Bordiga em não assimilar as diretrizes da IC, que Gramsci finalmente pôde incorporar a teoria política de Lênin, quando compreendeu a tática da frente única, atentando que a revolução comunista sob as palavras de ordem *governo operário* e *ditadura do proletariado* não representava uma leitura correta do real, haja vista que o momento atual exigia formas defensivas e não ofensivas de atuação política.

A assimilação da frente única, ademais de explicitar a processualidade da própria estratégia revolucionária, está nos indicando que Gramsci pôde encontrar na herança de Lênin uma resposta para uma questão que há tempos permanecia em seu campo de visão: os camponeses haveriam de ter um lugar na revolução comunista? Como empreender a revolução comunista na Itália, *locus* que combina um desenvolvimento industrializado com resíduos feudais campesinos?. É no seu encontro com a teoria política de Lênin e observada as muitas semelhanças guardadas entre a Rússia *czarista* e a Itália meridional que Gramsci absorveu da frente única a tradução de Lênin para as condições da Itália. Já iniciando a sua investigação da formação social italiana para descobrir as causas do atraso do sul no artigo nunca finalizado *A questão meridional*, o “sardo” está colocando o problema de como articular os camponeses a revolução, visto que o *Risorgimento italiano* não os havia integrado no processo de revolução burguesa italiana – e, por isso mesmo, o seu processo foi o de uma *revolução passiva*, daí que os *resíduos feudais* ainda presente da Itália daquele período. Aí reside a nossa pedra-de-toque. Na medida em que funde o problema histórico dos camponeses italianos a frente única de Lênin, Gramsci está dando resposta à própria questão meridional. O problema histórico dos camponeses excluídos das lutas estaria dado pela aliança que deveria compor com o proletariado para colocar em movimento a estratégia revolucionária. Eis o significado da frente única de Lênin, traduzida por Gramsci, para a realidade italiana: a aliança-operário camponesa, a integração entre Norte e Sul (DEL ROIO, 2005).

No cárcere, Gramsci permanece preservando a frente única, demonstrando a sua inserção no processo de refundação comunista em combate a regressão teórica do bolchevismo empreendida pela IC de comando stalinista. A frente única é atualizada porque Gramsci está promovendo uma análise das causas da derrota da revolução comunista na Itália, ao passo em que passa a investigar a historiografia das classes sociais na Itália. No processo de análise do real, sobretudo, se Gramsci já se atentou para a necessidade de reformular a estratégia revolucionária, seja por conta da aliança que o proletariado deveria estabelecer com o campesinato, seja pelas novas configurações assumidas pelo Estado ampliado, é somente, no cárcere, que, promovendo uma investigação aprofundada do campesinato pôde observar a grande diversidade cultural presente no sul da Itália. Gramsci está partindo das especificidades nacionais para demonstrar a grande desagregação social que é o sul. Em verdade, a constatação de juventude “sarda”, de grande disparidade entre o norte e o sul, adquire, agora, novas determinações enriquecidas pelas mediações

⁶ Indicamos como leitura Del Roio (2018).

do cárcere. O sul, e agora também o norte, não é um todo homogêneo articulado entre si. No sul, não se objetiva a existência somente de um campesinato e de um proletariado agrícola, mas também de grupos tradicionais expressos pelas camadas de artesões e de extratos de comerciantes. Também ao norte, os grupos orgânicos tendem a se complexificar devido ao americanismo, ao processo de implementação do *fordismo/taylorismo*, posto em movimento, se irradiando dos Estados Unidos para o resto do globo, produzindo grupos segregados como o próprio lumpemproletariado. Diante da investigação das especificidades nacionais é que podemos dizer que o movimento teórico e prático empreendido por Gramsci foi àquele de investigar o proletariado e o campesinato e, por isso mesmo, teve de ir muito mais além: estudar os grupos subalternos presentes na Itália meridional e na Itália setentrional, quer dizer, na Itália como um todo. Por esse motivo é que a atualização da frente única se reitera no cárcere. A aliança operário-camponesa de que Gramsci já havia assinalado pouco tempo antes de seu encarceramento é aprofundada na reflexão carcerária: a investigação das especificidades nacionais já nos indica que a aliança operário-camponesa não é suficiente para agregar forças à revolução comunista; é preciso antes uma unificação dos diversos grupos subalternos, daí que o movimento posto para analisar uma historiografia das classes sociais na Itália, uma historiografia das classes subalternas. O *problema* passa então a ser a indagação de quais grupos, além do campesinato, poderiam ser os aliados da classe operária e como se proceder a unificação destes grupos (DEL ROIO, 2018).

A partir da investigação da historiografia das classes subalternas e da constatação de que a subalternidade não alcança apenas o proletariado e o campesinato, isto é, não é apenas o proletariado e o campesinato que estão sujeitos à hegemonia burguesa, mas todo conjunto dos grupos subalternos, é que a resposta à questão, analisada à luz de Gramsci, se dá na necessidade de unificação dos grupos subalternos a ser operada pelo proletariado. Se o proletariado é a única classe capaz de produzir intelectuais orgânicos em contraposição aos intelectuais orgânicos da burguesia, então é o próprio proletariado que, organizado por meio de seu intelectual coletivo, assimilando os demais grupos subalternos, empreende a sua própria unificação em direção à construção de um novo Estado. Os aliados da classe operária na luta contra a hegemonia burguesa são precisamente, todos os grupos subalternos, os tradicionais e os orgânicos, submetidos ao domínio político e cultural da burguesia.

Se na historiografia das classes subalternas Gramsci identifica uma grande heterogeneidade e uma enorme tendência à desagregação, os grupos subalternos ainda na condição de grupos, em seu estado primário de existência, nada mais são do que grupos desarticulados politicamente, sem possuir uma agremiação de classe, quer dizer, os grupos se diferenciam das classes por ainda permanecerem na incapacidade de exercer a luta política orientada. O problema fundamental então colocado para Gramsci é precisamente como fazer dos grupos subalternos, classes subalternas. Como promover os grupos subalternos inativos em classes subalternas ativas preparadas para romperem com a sua subalternidade?. É preciso iniciar pela unificação, pela agregação do que está desagregado. A falta de coesão dos grupos subalternos faz com que as suas rebeliões se configurem em rebeliões por rebeldia espontânea. Sem a canalização do movimento, sem a direção consciente para fazer desenvolver a espontaneidade dos grupos, o próprio movimento se esvai. A condição, pois, para a unificação dos grupos subalternos é a atuação dos intelectuais orgânicos do proletariado do partido, atuando junto a eles, para

superarem sua subalternidade, quer dizer, superarem sua condição de grupos subalternos politicamente desarticulados diante do complexo aparato estatal de dominação burguesa (GALASTRI, 2014).

Assim, a direção das massas, ou sua vanguarda, pode – e, na verdade, deve – se originar das próprias massas subalternas, de intelectuais que permaneçam em ligação orgânica com ela. Os subalternos não conseguem sair por si mesmos de sua condição se permanecerem num nível espontaneísta de resistência e revolta contra as classes dominantes (GALASTRI, 2014, p. 46).

Se as classes dominantes sustentam o seu poder político porque, ademais de controlar os aparelhos coercitivos de Estado (sociedade política), estendem um complexo *poder cultural* pela ampla difusão das capacidades institucionais de difundir sua concepção de mundo e seus valores pela sociedade civil; a sua dominação nunca é total, haja vista que a própria sociedade civil, componente do complexo superestrutural, é sempre permeada por interesses distintos, inclusive pelos interesses dos grupos subalternos. O que se nos apresenta nada mais é senão que um “[...] formidável aparelho composto de dispositivos institucionais e culturais que lhe permitem difundir direta e indiretamente sua concepção de mundo, inculcar seus valores e plasmar a opinião pública” (LIGUORI; VOZA, 2017, p. 748). Por essa razão é que o *front* para promover a unificação dos grupos subalternos em classes subalternas é iniciar pelo complexo trabalho ideológico, buscando subtrair àquela influência das classes dominantes e atraindo o proletariado (e os demais grupos subalternos) para o projeto de sociedade socialista. É preciso que, através do partido e de seus intelectuais, se organize a construção de uma nova subjetividade, àquela que se erige a partir de novos valores e nova cultura que conceba um novo projeto de vida social. É somente quando o proletariado e os demais grupos subalternos são capazes de questionar a hegemonia burguesa, porque conscientes da exploração e da dominação de classe na sociedade capitalista, e de se inserir na luta política prática e ativa, é que se inicia o processo de elevação dos grupos subalternos em classes subalternas. As classes subalternas acendem como classes enquanto tal quando “[...] politicamente orientadas para a luta num campo de relações de força inicialmente desfavoráveis” (GALASTRI, 2014, p. 53, grifos do autor). Unificados os grupos subalternos em classes subalternas, pelos intelectuais orgânicos do partido, é que se torna possível a luta para romper com a própria subalternidade. A subalternidade é a permanência dos subalternos na condição de grupos, quer dizer, de subjugação a hegemonia burguesa. A ruptura com a condição de subalternidade é, portanto, condição para compor um novo Estado. Iniciando-se pela unificação dos grupos em classes, pelo trabalho ideológico de conquista da maioria para a objetivação de um novo projeto de sociedade e pela irrupção da luta política ativa, é que cabe às classes subalternas romper com a subalternidade – fazer-se Estado integral, àquele que, ademais da conquista da guerra de posição, avança para a conquista da guerra de movimento, isto é, para a conquista e a construção de um novo bloco histórico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na análise gramsciana carcerária, a relação entre o bloco histórico, os intelectuais, a cultura e a estratégia revolucionária está selada. O atento para a prevalência do Estado *integral* nas sociedades ocidentais, fornecendo a leitura *real* da possibilidade de edificação de um novo bloco histórico se a luta política revolucionária, iniciada pelo conjunto de *fortalezas* e de *casamatas* que representa a sociedade civil robusta e bem

estruturada do Estado Moderno, avançar posteriormente para a sociedade política. Neste interim, a dominação espiritual precede a dominação material, de tal modo que os intelectuais orgânicos, *camada orgânica de classe*, deve se inserir na disputa pela direção política e cultural da sociedade civil para difundir, entre as classes subalternas, uma nova concepção de mundo, uma nova cultura e uma nova subjetividade – àquela que se difere do senso comum incorporado acriticamente e àquela que combate a hegemonia burguesa, cultivando o terreno para a ascensão das classes subalternas em classes dirigentes.

Afora o conjunto da reflexão carcerária condensada nos *Quaderni*, com esta elaboração, da revisão dos conteúdos de juventude que, no cárcere, é desenvolvida pela mediação da já *assimilação, aplicação e tradução* do marxismo pela via de Lênin por Gramsci, o nosso “sardo” se nos apresenta como um verdadeiro refundador comunista, inferência que merece ser investigada e que nos cabe a devida indicação, haja vista que se explicita com a própria defesa de constituição de um novo bloco histórico quando considera a atualidade das sociedades ocidentais ampliadas em suas funções. Se Hobsbawm (1984) já nos indica que Rosa⁷ e Lênin podem ser considerados *fundadores* da renovação pela teoria e prática em combate a *revisão* da II Internacional, dado que, ainda que de maneiras distintas, resgatam em suas *teorias políticas* os elementos marxianos debandados pela social-democracia alemã, epicentro do revisionismo: o método dialético para a leitura *sócio-histórica da realidade*; a perspectiva da *revolução* e; a teoria do *valor-trabalho*.

Ainda que Gramsci não pudesse ter tido um encontro com Lênin, quando de 1917, e esgotado todas as *múltiplas determinações* da herança leniniana, sempre se postou na defesa dos bolcheviques e da Revolução Russa, quando toda a leitura do socialismo italiano aferia a sua validade pela leitura rígida a que submetiam Marx – é só nos lembrarmos do polêmico artigo de 1917, *A Revolução contra O’capital*. Embora a defesa dos bolcheviques também tivesse se dado pela ótica idealista com a qual realizava a leitura dos acontecimentos, guardados pela *neidealismo* e pelo *sorelianismo*, a própria experiência do movimento conselhistas dos anos posteriores pretendiam traduzir o intenso trabalho dos bolcheviques na Rússia para a Itália. Podemos dizer que Gramsci sempre valorizou a revolução do leste e sempre a tomou como inspiração e possibilidade para gestar as condições revolucionárias na Itália, ainda que não estivesse munido suficientemente de um arcabouço de influências intelectuais para compreender, de imediato, a verdadeira atuação dos bolcheviques. Esta inferência só pôde ser desenvolvida quando de suas experiências junto a IC na primeira metade da década de 1920. É aí que o seu *salto qualitativo* se apresenta, demonstrando *explicitamente* a sua *teoria e prática* como *refundador comunista*. Se a época de Rosa e de Lênin, o combate ao reformismo em nome de Marx, espreado pela social-democracia alemã e difundido no

⁷ “Rosa Luxemburg toma consciência política no seio da socialdemocracia alemã, mas dela se afasta progressivamente. É a guerra que demonstra a falência da social-democracia numa questão de princípio até então considerada inviolável: o internacionalismo proletário. Talvez precisamente neste momento torne-se definitivamente claro para Rosa Luxemburg que aquele partido, que tão rapidamente abandona seus próprios compromissos solenes nas relações com a classe operária dos outros países e se integra no sistema imperialista de relações interestatais, que fora até então combatido ao preço de numerosas vítimas, não está em condições de travar, no interior da própria sociedade, uma luta conseqüente para sua transformação revolucionária. Quem abandonou os compromissos internacionais, também perdeu a força interior para fazer frente aos compromissos nacionais” (HOBSBAWN, 1984, p. 12-13).

centro da II Internacional, pôde expressar Rosa e Lênin como um *ponto de ruptura*; a época de Gramsci, mais especificamente, após a morte de Lênin, o “sardo” é herdeiro da refundação. *Incorporado, aplicado e traduzido* a herança de Lênin, se posta contra a *regressão teórica do bolchevismo*, empreendida pela *direção stalinista* da IC, e contra o *idealismo puro* de juventude, mais especificamente, de Croce e de Gentile, através da fundação do materialismo histórico como *filosofia da práxis*. Aqui, ainda que não podemos demasiado nos tardar, devemos apontar caminhos. A filosofia, para Gramsci, não é restrita aos intelectuais. *Está disponível ao conjunto dos homens da sociedade*, porque *todos os homens são filósofos*, pactuando de seu *senso comum*, de seu *folclore*, de sua *concepção de mundo*. A originalidade da filosofia da práxis é precisamente unir a filosofia (o senso comum, o folclore, a concepção de mundo) à práxis. É preciso fazer as classes subalternas construírem a sua filosofia para edificarem a sua própria civilização, unindo teoria e prática. Esta foi a contribuição que Antonio Labriola⁸ forneceu ao “sardo” e este foi o caminho que Gramsci percorreu para *revisar* Croce: a filosofia da práxis pressupõe a imbricação entre *filosofia, economia e política*, ligação indissociável entre *vontade superestrutural e estrutura econômica*, herdeiro indelével da *refundação comunista pós-Lênin*.

REFERÊNCIAS

COUTINHO, Carlos Nelson. **Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios**. São Paulo: Cortez, 1994.

DEL ROIO, Marcos. **Gramsci e a emancipação do subalterno**. São Paulo: Editora UNESP, 2018.

DEL ROIO, Marcos. **Os prismas de Gramsci: a fórmula política da frente única (1919-1926)**. São Paulo: Xamã, 2005.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. A questão dos intelectuais em Gramsci. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 118, p. 265-293, abr./jun., 2014.

GALASTRI, Leandro. Classes sociais e grupos subalternos: distinção teórica e aplicação política. **Revista Crítica Marxista**, Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, n. 39, 2014, p. 35-55.

GALASTRI, Leandro. **Gramsci, marxismo e revisionismo**. Campinas: Autores Associados, 2015.

GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del carcere**. Edizione critica dell’Istituto Gramsci. A cura di Valentino Gerratana. 4. ed. Torino: Einaudi, 2014.

⁸ “Antonio Labriola não é uma figura quantitativamente dominante na cultura do G. de Turim. As referências à obra dele são raras; contudo, são todas positivas e ligadas a posições sobre as quais G. não voltará mais em seguida: Labriola é para G. o único filósofo marxista italiano que abraçou tal teoria para desenvolvê-la do seu interior e não para neutralizá-la com base em interesses que lhe são estranhos; ademais, ele é propugnador de uma versão não fatalista do materialismo histórico, que permite pensar com coerência a ação política [...]” (LIGUORI; VOZA, 2017, p. 455).

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho; apresentação de Luiz Werneck Vianna. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

HOBBSAWM, Eric. **História do marxismo III: o marxismo na época da segunda internacional**. Segunda parte. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Fátima Murad e Luiz Arturo Obojes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. **Dicionário gramsciano**. Tradução de Ana Maria Chiarini, Diego Silveira Coelho Ferreira, Leandro de Oliveira Galastri e Silvia de Bernardinis; Revisão técnica de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução de Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

OUTHWAITE, Willian; BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

Mirele Hashimoto Siqueira Responsável pela elaboração do artigo.

Mestre em Serviço Social pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE (2019), campus de Toledo. Atualmente é membro da Internacional Gramsci Society/Brasil (IGS) e docente colaboradora do curso de Serviço Social da UNIOESTE, campus de Toledo.

Alfredo Aparecido Batista Responsável pela elaboração do artigo.

Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual de Londrina (1988), graduação em FILOSOFIA pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2011), mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1994) e doutorado em Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social PUC/SP pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2002). Atualmente é professor associado nível c da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa Marxista (GEPEM).
